

# GARIMPO E MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO NO BRASIL

**Helion Póvoa-Neto** \*

A crescente fluidez dos mercados de trabalho rural e urbano, no Brasil e na América Latina, tem obrigado os trabalhadores a uma constante mobilidade espacial e setorial. A busca por trabalho e por serviços indispensáveis à sobrevivência torna-se assim um padrão, um modo de existência.

Os anos oitenta representam no Brasil um marco quanto a isso, por indicarem a interrupção de tendência característica das décadas anteriores, quando o crescente êxodo rural associou-se ao intenso avanço das relações de produção especificamente capitalistas.

A partir de então, nas cidades, a indústria de transformação e a construção civil, setores em processo de adequação às tendências globais de reestruturação, têm perdido sua tradicional capacidade de absorção dos contingentes que ingressam no mercado de trabalho urbano. As atividades terciárias passam a responder, cada vez mais, pelo crescimento da população economicamente ativa.

São tendências que se fizeram acompanhar, durante a última década, pela informalização da ocupação não agrícola. A crise do assalariamento formal, com a proliferação de pequenos negócios e do trabalho por conta própria permite, segundo alguns autores, a caracterização de um processo de “deterioração do mercado de trabalho brasileiro durante os anos oitenta” (Baltar et al., 1996, p. 94).

Característica de tal situação é a elevada rotatividade de mão-de-obra, com a diferenciação entre um pequeno núcleo de emprego estável e relativamente bem remunerado e a grande maioria dos postos de trabalho, que contam com vínculo instável e nível de remuneração reduzido. Pode-se falar assim na **segmentação** do mercado em dois “mundos do trabalho” diferenciados, destacando-se no segundo caso um grupo que se desloca, intermitentemente, entre os diversos postos de trabalho.

Este último grupo compõe o que se poderia denominar como **regime fluido de relações de trabalho**, com fluxos de contratação e dispensa característicos de uma alta rotatividade da mão-de-obra (Baltar e Proni, 1996, pp. 117-119). Da parte dos trabalhadores, a instabilidade nas condições de sua reprodução acarreta também uma permanente expectativa quanto a quais setores da economia estariam, a cada momento, favorecendo a geração de empregos.

Disso resulta elevada propensão à mobilidade profissional, levando também a deslocamentos freqüentes, em diversas escalas: intrametropolitana, entre núcleos

---

\* Professor Assistente-Departamento de Geografia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
Rio de Janeiro-Brasil

urbanos de médio ou pequeno porte, entre áreas agrícolas que requerem trabalho sazonal, ou ainda atravessando todas estas escalas. A construção de uma trajetória profissional com uma lógica de ascensão social torna-se uma possibilidade distante para o trabalhador.

Nesse contexto, a mobilidade espacial aparece tanto como a “porta” que pode, eventualmente, viabilizar tal ascensão quanto como o único recurso com que conta o trabalhador frente à acelerada rotatividade de mão-de-obra imposta pelos empregadores.

Por outro lado, a estagnação relativamente generalizada da economia brasileira nos anos oitenta parece ter afetado as condições tradicionalmente apontadas como orientadoras dos fluxos migratórios. A redução dos diferenciais interregionais de renda e de condições de vida desestimulou, segundo certos autores, os grandes movimentos populacionais característicos de momentos anteriores. Acentuaram-se, com isso, migrações de retorno rumo a áreas tradicionalmente expulsoras, como o estado de Minas Gerais e a região Nordeste (Martine, 1995, p. 61).

Não há que se encarar a migração, todavia, como mera resposta à geração de empregos pelo sistema econômico. Devem ser levados em consideração, também, os processos expulsores de população em certas áreas, dentre os quais podem ser incluídas as modificações decorrentes da modernização do meio rural.

Em outras palavras, o ato de migrar não pode ser visto simplesmente como fruto de uma decisão individual visando à ascensão social ou à manutenção de certas características do modo de vida. Constrangimentos diversos podem forçar ao mesmo, assim como a existência de estratégias de sobrevivência elaboradas coletivamente.

A constatação de uma situação de crise na geração de empregos, difundida por quase todo o país, não é suficiente assim para desestimular a migração e as diversas formas de mobilidade espacial a que vê forçada ou induzida boa parte da população brasileira. Na crise, parece se acentuar ainda mais a tendência a que os migrantes busquem apoio nas **redes de parentesco e de amizade** que se situam não apenas nas áreas de vizinhança, mas também nos diversos pontos do território nacional, associadas a movimentos migratórios anteriores.

A migração poderia ser encarada, assim, como estratégia coletiva que atravessa as oscilações no contexto econômico do país, sendo por ele afetada, mas de forma mediada e não absoluta. Na qualidade de processo social (ou de confluência de um feixe de processos sociais), transcende o nível do indivíduo, mesmo no caso da migração de um único representante do grupo considerado. As redes sociais que preexistem à migração individual desempenham importante papel nesta articulação, ajudando a circular informações relevantes e fornecendo apoios locais aos que se deslocam.

O período que se inicia na década passada tem oferecido a oportunidade de se observar, no Brasil, a multiplicação da mobilidade de trabalhadores que circulam seguidamente, ao longo de itinerários apoiados em redes de contato interpessoais que viabilizam os deslocamentos e facilitam o acesso ao trabalho.

Exemplos disso são os chamados **trabalhadores itinerantes**, que fogem ao conceito mais tradicional de “migrante” pela dificuldade do seu enquadramento em parâmetros tais como local de destino definido e tempo mínimo de permanência. Trata-se de um tipo de mobilidade espacial que, não sendo nova no Brasil, tornou-se mais evidente em tempos recentes. Acontecimentos como a atuação de inúmeras municipalidades, que passaram a exercer políticas ativas contra itinerantes impedindo a sua chegada ou estabelecimento nas cidades, vêm chamando a atenção para uma realidade que se via diluída no interior dos movimentos migratórios com duração e destino mais definidos. Apontam também para o crescimento da intolerância quanto a aqueles tidos como “não assimiláveis” (Aranha, 1996).

Concluindo este segmento inicial, cabe restringir mais a sua abrangência. Buscar-se-á, aqui, focar as migrações em busca de trabalho e, mais especificamente, uma categoria específica de trabalhador: o **garimpeiro**. Tal personagem, que tem no território brasileiro sua área de atuação mais característica, apresenta um meio de vida eminentemente ligado às atividades de prospecção e extração de determinados bens minerais.

Tanto na qualidade de objeto de estudo quanto como alvo dos *mass media*, o garimpeiro tem sido focado mais sob o prisma do exotismo - como aventureiro movido por paixões pessoais - do que como trabalhador que, à semelhança de muitos outros, faz do vagar - permanente ou transitório - a sua estratégia de sobrevivência e de afirmação de uma espacialidade própria.

Mais que uma atividade exercida por “personagens exóticos”, resquícios de um passado que se supunha enterrado desde o período colonial, o garimpo se mostrou, no Brasil dos anos oitenta, como motor de uma significativa movimentação de populações em áreas definidas.

Do ponto de vista da dinâmica do emprego, tema abordado nos parágrafos iniciais do presente trabalho, esta influência se fez sentir. O crescimento de determinados núcleos urbanos na Amazônia se deveu à sua função como local de residência de garimpeiros e de prestação de serviços à atividade. As localidades próximas a garimpos podem ser tidas aliás, juntamente com a fronteira agrícola e urbana em expansão de Rondônia, como um dos poucos focos notórios de expansão do emprego durante a década citada (Martine, 1992, p. 22).

A questão da **notoriedade** de um lugar ou região como passível de oferecer vantagens e de absorver trabalhadores deve ser considerada no caso específico do garimpo. Apesar da dificuldade para definir tal qualidade, parece inegável a realidade da sua “produção” por meio de iniciativas oficiais, pelo noticiário da imprensa ou por informações transmitidas pela rede de contatos pessoais a que já se fez referência.

Certos lugares passaram a gozar, no momento aqui abordado, desta qualidade de gerar fatos notáveis e de motivar a veiculação de notícias por redes tanto formais, como a imprensa, quanto informais, no caso dos já mencionados contatos pessoais. A mística do enriquecimento de alguns garimpeiros (especialmente no caso do ouro na Amazônia)

serviu como catalisador e orientador para muitos, numa proporção que na verdade ultrapassava as reais possibilidades de ascensão social.

O resultado foi a acumulação, em certas áreas, de uma força de trabalho a serviço dos “donos de garimpo”, empresários da mineração informal que freqüentemente se valeram também da denominação de garimpeiros. As impressionantes imagens das grandes massas de trabalhadores em um garimpo como o de Serra Pelada, no Pará - sem dúvida o caso mais emblemático da mística referida - retrataram bem a realidade da exploração da grande maioria. Tendo consternado muitos, tais imagens contribuíram por sua vez para manter viva a crença na excepcionalidade de um lugar onde a multidão retratada parecia confrontada com a oportunidade de uma ruptura com suas perspectivas anteriores de vida.

Se se considerar o já citado bloqueio às perspectivas de ascensão social a partir da trajetória profissional regular, nos centros urbanos, somado às sabidamente precárias condições de existência do trabalhador rural, fica fácil imaginar em que medida o garimpo apareceu como atrativo para parte da população brasileira. O segmento mais propenso foi justamente aquele caracterizado pelo deslocamento intermitente entre diversos postos de trabalho, marcado pela permanente expectativa quanto às oportunidades de emprego disponíveis a cada momento.

Estas considerações, que inserem a questão do trabalhador do garimpo na breve caracterização do mercado de trabalho brasileiro feita no início deste texto, são porém ainda insuficientes. Para o entendimento do *boom* do garimpo de ouro na Amazônia, faz-se necessário também um breve exame das condições nas quais grandes massas se deslocaram para aquela região antes mesmo da explosão garimpeira.

As chamadas políticas de “integração nacional”, com a abertura de rodovias ligando a Amazônia aos grandes centros do país e a implementação de incentivos aos investimentos regionais, consolidaram o papel da mesma enquanto **fronteira de recursos** para o desenvolvimento econômico nacional. A ocupação da região cumpriu, durante os governos militares das décadas de sessenta e setenta, a importante função ideológica de mascarar para a opinião pública o descaso do regime quanto a certas questões sociais.

O tema dos trabalhadores rurais sem terra e das migrações rumo à fronteira agrícola foi talvez o mais claramente manipulado durante a formulação das políticas para a Amazônia. “Levar os homens sem terra para a terra sem homens”, expressão proferida por um dos presidentes militares em 1970 quando do lançamento do PIN - Programa de Integração Nacional - aparecia como demonstração clara da tendência a manter intocado o monopólio da propriedade fundiária em regiões como o Nordeste.

Ganhava força a política de colonização em terras públicas com trabalhadores de fora da Amazônia, nordestinos a princípio e, progressivamente, com a participação crescente de sulistas. As chamadas rodovias de integração nacional tornavam-se eixos ao longo dos quais se organizavam núcleos de assentamentos agrícolas (Santos, 1993).

Todavia, o insuficiente apoio fornecido a tais núcleos, em termos do financiamento à produção, do suporte técnico e do escoamento dos gêneros produzidos, levou a inúmeras dificuldades. Muitos agricultores viram-se obrigados a vender suas terras, retornando às regiões de origem ou tornando-se assalariados rurais temporários nos grandes empreendimentos agrícolas e pastoris que também se implantavam na Amazônia. Outros procuraram alternativas que complementassem a renda auferida na atividade agrícola. Uma das oportunidades buscadas pelos trabalhadores dos projetos de colonização foi a venda de madeira das matas naturais da região. Outra oportunidade foi o garimpo de ouro.

Tratava-se de atividade que, não sendo totalmente desconhecida na Amazônia, era já praticada em áreas de acesso difícil, como o vale do Tapajós, desde fins da década de cinquenta (Salomão, 1984). Compunha parte do que se denominou como “frente mineradora” na Amazônia Oriental, que acompanhou a abertura da rodovia Belém-Brasília e a migração para a área (oriunda principalmente do Maranhão e do norte de Goiás). A mineração do ouro e do diamante era feita em escala relativamente pequena, complementando as demais atividades agrícolas, pastoris e extrativas (Velho, 1981).

Já nessa época - fins dos anos cinquenta e início dos sessenta - fazia-se sentir a presença de uma corrente migratória entre áreas de pequena agricultura realizada por posseiros e áreas de garimpo. Todavia, a escala e a complexidade deste movimento só vieram a se multiplicar com a abertura das citadas rodovias e o aumento do afluxo de migrantes para a região.

Pode-se dizer portanto que o crescimento do garimpo na Amazônia acompanhou a política oficial para a ocupação da região, com a mobilidade garimpeira constituindo parte dos diversos fluxos migratórios que se multiplicaram durante o período aqui referido. Todavia, o fenômeno só veio a se tornar mais evidente, pelo crescimento de sua magnitude e pelos conflitos daí decorrentes, ao longo da década de setenta e, principalmente, nos oitenta.

No auge da “corrida do ouro”, em meados desta última década, chegou-se a estimar uma população garimpeira superior a 1.000.000 de trabalhadores na Amazônia Legal (Feijão e Pinto, 1992, p. 18). Já por ocasião do primeiro Levantamento Nacional dos Garimpeiros, realizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral a partir de 1990, foram obtidos números bem mais modestos para a mesma região: por volta de 220.000, incluídos os dados dos estados do Maranhão e de Mato Grosso (DNPM, 1993). A discrepância deve-se tanto ao momento da realização do levantamento oficial (já de acentuada decadência relativa) quanto ao fato de que tais estimativas são objeto de luta política entre, por um lado, os que desejam minimizar a importância da atividade e, por outro, seus defensores.

Os processos mencionados ocorrem concomitantemente com uma progressiva mudança no caráter da ocupação da fronteira amazônica. De **fronteira agrícola** em movimento, cuja expansão espacial se devia à incorporação de novas áreas para a produção de gêneros comerciais e de subsistência, ela se torna progressivamente uma oportunidade para a absorção de trabalhadores em atividades de caráter urbano. Esta a razão de muitos passarem a se referir à novidade, nos anos oitenta, da consolidação de uma

**urbanização da fronteira** na Amazônia (Sawyer, 1987). Os serviços diversos de apoio à produção agropecuária, o garimpo, a exploração madeireira, vêm respondendo por este maior dinamismo na urbanização amazônica.

Lado a lado com todos os elementos que ajudam a explicar o *boom* do garimpo na Amazônia durante a década passada, deve-se acrescentar também a intervenção de outro fator, de natureza macroeconômica. Trata-se da majoração sofrida pelas cotações internacionais do ouro a partir, principalmente de meados dos anos setenta, a qual estimulou sensivelmente a mineração aurífera na medida em que tornou mais favorável, para o produtor, a equação entre gastos da exploração e ganhos auferidos na comercialização final (Lourenço Pereira, 1990, pp. 157-163). Com isso, áreas sabidamente auríferas mas ainda não exploradas face aos altos custos decorrentes da situação da jazida ou às dificuldades de acesso passaram a ser incorporadas ao espaço da produção daquele minério.

Todavia, a expansão das áreas produtoras não se deu apenas de forma extensiva; também a base técnica disponível mostrava-se, nos anos oitenta, consideravelmente mais complexa do que aquela utilizada até um pouco antes. A própria presença do cálculo econômico nas avaliações quanto à viabilidade da exploração garimpeira já aponta, aliás, para o salto tecnológico alcançado pela atividade num espaço de tempo relativamente curto.

O garimpo, atividade que data do período colonial, atravessara todo o século XIX e mais da metade do atual sem grandes mudanças quanto ao instrumental disponível e às relações sociais envolvidas. O uso de ferramentas relativamente simples e o trabalho organizado em pequenas equipes ainda eram características dos primeiros tempos do garimpo amazônico do ouro, nas décadas de cinquenta e sessenta, assim como das demais regiões. Esta era, freqüentemente, uma atividade quase que de subsistência, artesanalmente praticada por trabalhadores sem outra perspectiva.

Os meios técnicos de produção introduzidos na década passada incluíam equipamentos para desmonte mecânico de terraços fluviais e encostas, para sucção do cascalho aurífero nos leitos, margens de rios e outros locais de exploração e para o beneficiamento e apuração do material aurífero. O uso do mercúrio, que não era novo no garimpo (há notícias de sua utilização já no século XVIII), tornava-se mais viável graças ao desenvolvimento de estruturas de comercialização do mesmo e às cotações do ouro que compensavam os altos custos de sua aquisição.

Esta base técnica abria um fosso entre o garimpo tal como praticado até então e as novas condições produtivas, bem como entre trabalhadores e empresários envolvidos com a atividade. Os últimos passavam a controlar espaços de produção, detendo a propriedade dos equipamentos mencionados. Os trabalhadores faziam jus a um ganho com base na participação obtida no produto final.

Embora pareça clara a distinção entre os dois grupos, na prática ela não se apresenta tão simples, já que mesmo os empresários do garimpo apresentavam, inicialmente, uma origem social que se confundia com a dos demais trabalhadores. Da parte destes últimos não ocorria, por sua vez, uma clara contraposição entre eles e os donos de garimpo, já

que a aspiração a se tornarem também empresários obscurecia as diferenças, tornando comum a designação de “garimpeiros” a todos, indistintamente.

Tal situação adequava-se à já mencionada aspiração de ascensão social que caracterizava o meio social do garimpo, no qual parecia estar sempre presente a possibilidade do golpe de sorte que mudaria os destinos individuais. Da sua parte, os empresários do garimpo souberam utilizar tal indistinção em seu favor, apresentando-se como “garimpeiros” sempre que isto lhes parecia vantajoso politicamente frente ao cerco feito pelas autoridades em torno da atividade.

Até agora tratou-se, aqui, basicamente do garimpo de ouro na Amazônia. Embora esta última tenha realmente se tornado, durante o período examinado, uma grande “província garimpeira”, cabe assinalar também que a abrangência histórica, espacial e setorial do garimpo vai muito além deste imaginário mais difundido. O garimpeiro pode trabalhar, além do ouro, outros minerais como o diamante, as gemas preciosas, o cristal de rocha e a cassiterita.

Geograficamente, a atividade não se restringe à Amazônia, estendendo-se a todas as regiões brasileiras, onde quer que a natureza das jazidas permita a sua extração em condições diferentes das que caracterizam a mineração por grandes empresas. Os processos ocorridos na primeira região são, porém, de menção obrigatória para todos que pretendem analisar o garimpo nas demais. Isso porque foi a partir da “explosão” amazônica nos anos oitenta que certas características da mesma se fizeram sentir em outros pontos do território nacional.

A análise do garimpo no Brasil e, mais especificamente, da sua dinâmica espacial, tem ficado muito marcada pelos padrões verificados na Amazônia, relegando-se a segundo plano a situação de diferenciação interna da atividade. Cabe, para fugir a certos estereótipos através dos quais os trabalhadores em questão têm sido percebidos, esboçar, ainda que sumariamente, uma tipologia básica quanto a este último elemento, a mobilidade garimpeira.

Distinguem-se, sob este ponto de vista, os garimpos integrados a **frentes de expansão** demográfica e econômica em áreas até então não marcadas pela extração de bens minerais daqueles que, diferentemente, se situam em áreas de **povoamento consolidado**.

Os primeiros (**frentes de expansão demográfica e econômica**) caracterizam-se por um *habitat* basicamente rural ou concentrado em pequenos povoados situados próximo ao local da extração de substâncias minerais. Estes aglomerados podem atingir uma população apreciável. Geralmente, porém, tal ocorre apenas quando a situação local já se encontra em um nível de consolidação do povoamento que já incluiria o garimpo como pertencente ao segundo tipo.

A situação de fronteira acarreta, freqüentemente, conflitos com ocupantes anteriores da área (especialmente povos indígenas, no caso amazônico) ou com grandes empresas detentoras da exclusividade da permissão para minerar. Tais situações de tensão social respondem por boa parte da rejeição sofrida pelos garimpeiros por parte da opinião

pública, que tende a encará-los como o oposto da “nação moderna” pretendida. Este tipo de garimpo tende também a causar considerável dano ambiental, o que em nada contribui para atenuar aquele sentimento.

Outra marca deste tipo de garimpo é a dificuldade para acesso, tendo por conseqüência a constituição de estruturas de poder e de controle da comercialização de bens de consumo por chefes e comerciantes estabelecidos no local.

O trabalhador em frentes de expansão pode ser originário da atividade agrícola, tendo abandonado a mesma para ingressar no garimpo, ou mesmo manter uma alternância entre as duas atividades. Nesse caso, pratica deslocamentos periódicos, num ritmo cíclico que tem a ver com a sazonalidade de ambas. Na Amazônia, a safra agrícola - período das chuvas - costuma coincidir com a chamada “entressafra do garimpo”, quando a alta no nível das águas dos rios dificulta os trabalhos de mineração nos leitos e margens. A migração temporária de pequenos agricultores do estado do Maranhão para o vale do Tapajós, no estado do Pará, é bem ilustrativa desta forma de mobilidade (Paixão, 1992).

Os exemplos de garimpos em áreas de expansão são justamente os mais presentes no noticiário dos meios de comunicação de massa. Trata-se, basicamente, do garimpo que avançou pela Amazônia Legal a partir dos anos sessenta, iniciando-se com o ouro no vale do Tapajós, seguindo com a cassiterita de Rondônia na década seguinte e desaguando no grande *boom* da extração aluvial do ouro, generalizado por praticamente toda a região durante os oitenta. Tem-se, no momento atual, também a penetração em busca do ouro e do diamante na “última fronteira” dos estados de Roraima e do Amazonas (em sua porção noroeste), que já transborda os limites do território nacional (Almeida, 1993).

Encerrando a descrição dos garimpos de frente de expansão, deve-se observar que o caso de Serra Pelada não se inclui confortavelmente ao lado destes exemplos, dada a excepcionalidade das características geológicas da jazida em termos de Amazônia (ocorrência concentrada do ouro, em veios primários e apresentando grandes pepitas) e da forma de organização social alcançada (urbanização expressiva, controle político rigoroso). Tampouco seria possível alinhar este caso ao lado dos garimpos do segundo tipo, pelas razões que se verá a seguir. Tudo indica ter sido Serra Pelada uma ocorrência absolutamente atípica, que dificilmente virá a se repetir (Salomão, 1984, p. 61).

Os garimpos localizados em **áreas de povoamento consolidado** caracterizam-se por terem desenvolvido modos relativamente estáveis de convivência com a sociedade local. Em muitos casos, trata-se de regiões cuja ocupação inicial deveu-se à mineração, a partir dos séculos XVIII, XIX e mesmo da primeira metade do XX. Tendo a mesma perdido o ímpeto inicial, permaneceu como atividade residual, por vezes praticada através de gerações e constituindo uma certa “tradição garimpeira”.

Mesmo estas áreas não passaram impunemente, todavia, pelo *boom* amazônico da mineração aurífera da década de oitenta. A expectativa da repetição das descobertas excepcionais verificadas na Amazônia levou à reativação de jazidas tidas como já



esgotadas e mesmo à descoberta de novas ocorrências minerais que não as participantes dos processos históricos de povoamento local.

Os métodos locais de exploração mineral, herdeiros de tradições que nunca chegaram a se extinguir de todo, foram sendo modificados (especialmente no caso do ouro) pela “invasão” de garimpeiros provenientes da Amazônia, que trouxeram uma base técnica diferente e estimularam o desenvolvimento de novas relações de produção.

Incorporou-se a estas áreas uma escala de mobilidade espacial de trabalhadores de garimpo até então inédita para a realidade local. Todavia, contrariamente ao que ocorre no caso amazônico típico, os povoados de garimpeiros tenderam freqüentemente a evoluir no sentido de núcleos consolidados, que alcançaram por vezes o *status* de sedes de novos municípios. O nome “garimpo” passou a ser empregado, nesses casos, para nomear não só a atividade, mas todo o núcleo urbano que se desenvolveu juntamente com a mesma; parcela considerável da população do lugar passou a ser nomeada portanto como “garimpeira”.

Garimpos consolidados são, por exemplo, os de diamante no vale do Jequitinhonha (estado de Minas Gerais), na Chapada Diamantina (Bahia) e no alto vale do Araguaia (Goiás e Mato Grosso), os de ouro em Poconé (Mato Grosso) e em Crixás e Minaçu (Goiás), os de esmeralda em Campos Verdes (Goiás) e em Carnaíba (Bahia). Áreas em que o início do garimpo nos anos oitenta, ou sua retomada em novas bases, ocorreu em meio às atividades agrícolas ou pecuaristas antes predominantes, constituindo um foco de atração para migrantes, inclusive de outras regiões.

Resta observar que, mesmo nos garimpos estabilizados, ocorre um complexo jogo entre mobilidade e fixação espacial do garimpeiro. Há desde os que estão de passagem, seguindo as notícias quanto a oportunidades que ora se oferecem, os que são garimpeiros apenas sazonalmente, e os que permanecem no lugar face à ausência de melhores perspectivas.

Encerrando este trabalho, resta observar que o mesmo integra pesquisa a respeito de dois garimpos localizados no estado de Goiás, relativamente próximos entre si e ambos passíveis de enquadramento no segundo tipo considerado. São eles o Garimpo da Lavra, que produz ouro próximo à cidade de Crixás, e o garimpo de esmeraldas de Campos Verdes, núcleo que adquiriu a condição de cidade. Seguem-se algumas informações a respeito destes dois garimpos.

O primeiro deles resultou de trabalhos de prospecção, realizados por garimpeiros chegados de fora, em área onde se situava uma antiga mina abandonada do século XVIII. Os resultados positivos obtidos em 1979, coincidindo com o momento de expansão do garimpo amazônico, levaram a uma “corrida” rumo a Crixás, com a invasão das terras auríferas por milhares de garimpeiros e a abertura de conflito com uma grande mineradora que detinha os direitos sobre a área.

Em pouco tempo, a população garimpeira estabelecida no local ultrapassava a do antigo núcleo de Crixás, organizando um sistema de produção que, indo além dos depósitos superficiais, alcançou o quartzo aurífero situado em profundidade. O Garimpo da Lavra

encontra-se hoje cercado por uma aglomeração de características urbanas, ocupada por garimpeiros, suas famílias e prestadores de serviços às atividades de mineração. A situação atual é de decadência, ocasionada pelas dificuldades técnicas que se foram apresentando à medida que os trabalhos se aprofundaram, pela queda na cotação do ouro e pelos obstáculos à exploração que foram sendo colocados pela mineradora detentora de direitos quanto à mineração.

A população garimpeira atualmente estabelecida provem do próprio estado de Goiás e de outros como Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Pará. São trabalhadores que, na sua maioria, ingressaram no garimpo durante os anos oitenta, tendo desde então se deslocado ao longo de diversos itinerários que passam por outras áreas de exploração.

O garimpo de Campos Verdes originou-se por volta de 1982, quando correu a notícia da descoberta de esmeraldas, gemas até então praticamente desconhecidas na região. Rapidamente ocorreu a invasão da área por garimpeiros da região de Carnaíba, estado da Bahia, área tradicionalmente produtora de esmeraldas.

Trata-se de uma exploração legalizada, tendo sido transformada, alguns anos após seu início, em “reserva garimpeira”. Acompanhou com isso o caso de outras reservas criadas no país durante a primeira metade da década passada, quando o governo federal chegou a esboçar um programa de incentivo à produção de minerais para exportação por via do garimpo. Posteriormente a área, antes rural, foi elevada a vila e em seguida a sede de município.

Campos Verdes passou pelo mesmo processo de aprofundamento dos serviços ocorrido em Crixás. Consequentemente, as dificuldades técnicas têm dificultado a exploração e favorecido o “cercamento” da reserva por grandes mineradoras.

A mobilidade dos garimpeiros segue padrão diferente do verificado no caso do ouro. Ocorre uma permanente circulação entre as três áreas esmeraldíferas existentes no Brasil, nos estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais. A área de Carnaíba (Bahia) fornece quase que a totalidade dos garimpeiros. O estabelecimento de redes de parentesco levou a que existam famílias inteiras dedicadas à exploração da esmeralda, dispersas pelos demais garimpos e trocando informações referentes a oportunidades de trabalho e de sobrevivência.

Este trabalho conclui com a reafirmação da possibilidade e da necessidade de se articular estudos de caso como os mencionados com a análise de processos mais gerais ligados à geração e manutenção da mobilidade espacial dos trabalhadores no Brasil. Buscou-se indicar, aqui, alguns caminhos através dos quais esta articulação pode ser tentada.

## **BIBLIOGRAFIA**

Almeida, A. W. B. 1993. “Continentalização dos conflitos e transformações na geopolítica das fronteiras”. **Reforma agrária**, 23(3): 69-106.

Aranha, W. 1996. “Os albergues dos migrantes no interior do estado de São Paulo”. **Travessia. Revista do migrante**, 9(25): 25-29.

Baltar, P. E., Dedecca, C. S. e Henrique, W. 1996. “Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil”. In **Crise e trabalho no Brasil**, ed. C. E. B. de Oliveira e J. E. L. Mattoso, pp. 87-108. São Paulo: Scritta.

Baltar, P. E. e Proni, M. W. 1996. “Sobre o regime de trabalho no Brasil”. In **Crise e trabalho no Brasil**, ed. C. E. B. de Oliveira e J. E. L. Mattoso, pp. 109-147. São Paulo: Scritta.

DNPM. 1993. **Levantamento Nacional dos Garimpeiros. Relatório Analítico**. Brasília.

Feijão, A. J. e Pinto, J. A. 1992. “Amazônia e a saga aurífera do século XX”. In: **Garimpo, meio ambiente e sociedades indígenas**, ed. L. Barbosa, A. L. Lobato e J. A. Drummond, pp. 18- 36. Rio de Janeiro: Cetem; Niterói: EDUFF.

Lourenço Pereira, A. C. 1990. **Garimpo e fronteira amazônica. As transformações dos anos 80**. Dissertação de Mestrado em Economia. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG.

Martine, G. 1992. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil**. Brasília: Instituto SPN.

Martine, G. 1995. “A evolução espacial da população brasileira”. In: **Desigualdades regionais e desenvolvimento**, ed. R. B. A. Afonso e P. L. B. Silva, pp. 61-91. São Paulo: Fundap, Unesp.

Paixão, A. E. C. 1992. **Trabalhadores rurais e garimpeiros no vale do rio Tapajós**. Belém: Governo do Estado do Pará.

Salomão, E. P. 1984. “O ofício e a condição de garimpar”. In: **Em busca do ouro. Garimpos e garimpeiros no Brasil**, ed. G. A. Rocha, pp. 35-86. Rio de Janeiro: Marco Zero.

Santos, J. V. T. 1993. **Matuchos: exclusão e luta. Do Sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes.

Sawyer, D. “Urbanização da fronteira agrícola no Brasil”. In: **A urbanização da fronteira**, v. 1, ed. L. Lavinias, pp. 43-57. Rio de Janeiro: Publipur/UFRJ.

Velho, O. G. 1981. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Palavras-chave: garimpo - migrações - mobilidade espacial do trabalho - Goiás (Brasil)  
- ouro - esmeralda